

ANEXO A – Enquadramento na EDL

DLBC Urbano FARO 2020 – Dinâmico e Social

A EDL que suporta o FARO 2020 – Dinâmico e Social, em torno da qual se mobilizaram os diversos agentes locais que constituem a parceria, foi desenhada com base nas necessidades e potencialidades do território, tentando dar resposta aos diferentes problemas diagnosticados e trabalhando para ou com os grupos prioritários identificados na área de intervenção que se elencam:

- a. “Intervenção junto de grupos e comunidades vulneráveis social e economicamente “
 - Comunidades Ciganas
 - Crianças e Jovens
 - Idosos
 - Imigrantes e Emigrantes
 - População Portadora de Deficiência e outras Dependências Incapacitantes
 - População sem-abrigo
 - Vítimas de Violência Doméstica e de Tráfico de Seres Humanos
- b. Intervenção de base territorial (territórios marginalizados e a revitalizar)
 - Acampamentos Ciganos
 - Bairros Sociais e/ou marginalizados
 - Bairros históricos
- c. Intervenção transversal
 - Luta contra a Pobreza;
 - Combate ao Insucesso e ao Abandono escolar;
 - Promoção do Empreendedorismo e da Inovação Social

A EDL assenta numa lógica de proximidade e coesão social, centrada na procura da criação de novas dinâmicas, quer económicas, quer sociais e/ou empresariais que possam potenciar a criação de novos postos de trabalho e responde a 3 grandes desafios:

Intervir - potenciando o aparecimento de serviços, projetos e ações de elevado grau de inovação, assente na lógica das parcerias locais e com acentuada ênfase no empreendedorismo;

Inovar - dinamizando e revitalizando espaços urbanos fragilizados, através do fomento do empreendedorismo e do apoio à iniciativa privada, numa lógica de promoção de produtos endógenos e de inclusão pela cultura;

Revitalizar - dando suporte a ações que privilegiem e favoreçam a coesão social, pela via da dinamização económica e revitalização urbana ou pela via da educação, intervenção social e cultural.

Para o efeito foram traçadas as seguintes Linhas estratégicas prioritárias de intervenção:

- Favorecer e privilegiar a coesão social, através da dinamização económica e da revitalização urbana, estimulando o empreendedorismo (empresarial, coletivo, social, criativo, cultural, e outros);
- Fomentar a economia social, a educação (formal, não formal e informal), a integração no sistema educativo, a formação e outras formas de capacitação, o empreendedorismo e o trabalho em rede;

- Promover o comércio, serviços (turismo e outros), e as indústrias criativas, dando preferência a iniciativas que contribuam para um desenvolvimento mais sustentável;

As quais se repercutem nos seguintes Eixos de intervenção, medidas e ações:

1. Estímulo e acompanhamento de iniciativas empresariais

1.1. Promover o aparecimento de projetos em rede

- 1.1.1. Estimulo ao desenvolvimento de projetos inovadores em parceria;
- 1.1.2. Concretização de iniciativas, propostas por parcerias de atores que, atuando junto das camadas mais desfavorecidas, tenham em conta as estratégias de reabilitação e revitalização urbana;
- 1.1.3. Realização de atividades de animação urbana que, partindo de apostas culturais e criativas, sejam capazes de contribuir para a redução do insucesso e abandono escolar.

1.2. Estimular projetos inovadores

- 1.2.1. Projetos inovadores em termos de setores e/ou abordagens aos seus clientes-alvo;
- 1.2.2. Projetos que estimulem a promoção de produtos locais (rurais) e regionais;
- 1.2.3. Apoiar a criação de novos produtos e/ou serviços.

1.3. Incentivar práticas que potenciem a sustentabilidade e competitividade das pequenas empresas ao nível local

- 1.3.1. Iniciativas de melhoria ao nível das condições de funcionamento, e consolidação da empresa com menos de 3 anos;
- 1.3.2. Ações que promovam produtos locais e/ou em articulação com outras empresas e/ou instituições;
- 1.3.3. Incentivo a ações locais que visem aumentar a atratividade concelhia para a fixação de empresas e ou criação de emprego local.

Nota: Excetua-se do Eixo de Intervenção 1, os promotores com projetos no setor da pesca, recursos do mar e sua cadeia de valor, os quais se devem enquadrar na EDL do DLBC - Costeiro do Sotavento do Algarve, dado o enfoque temático e estratégico daquele GAL Costeiro.

2. Iniciativas de combate ao insucesso e abandono escolar, e a promoção de competências profissionais, discriminando positivamente os grupos sociais vulneráveis

2.1. Promover a aquisição de competências pessoais e profissionais

- 2.1.1. Ações de implementação e/ou consolidação de planos de intervenção articulados com os operadores de ofertas de ensino regular e ensino profissional, nomeadamente através de iniciativas de educação formal, não formal e informal;
- 2.1.2. Criação de respostas ou Serviços assentes em estruturas multidisciplinares vocacionadas para o estudo e prevenção de situações de risco social e apoio às crianças em perigo e respetivas famílias;
- 2.1.3. Assegurar intervenções específicas em determinados públicos, nomeadamente a população portadora de deficiência, visando a sua inserção no mercado de trabalho;
- 2.1.4. Ações de formação com componente de integração em contexto de trabalho.

2.2. Proporcionar um crescimento inclusivo, através de medidas de discriminação positivas

- 2.2.1. Acompanhamento e favorecimento do aparecimento de melhores condições de vida e de coesão social junto de grupos sociais vulneráveis, nomeadamente junto das comunidades e grupos económica e socialmente fragilizados e/ou vulneráveis;
- 2.2.2. Projetos e respostas que visem garantir condições para que todas as Crianças e Jovens em Risco e respetivas famílias sejam acompanhadas no âmbito de programas de acompanhamento psicossocial e de promoção de competências pessoais e sociais;

- 2.2.3. Diversificação de respostas ou Serviços assentes em estruturas multidisciplinares vocacionadas para o estudo e prevenção de situações de risco social e apoio às crianças em perigo e respetivas famílias.
- 2.3. **Acompanhar e apoiar na Diversidade e na Individualidade**
 - 2.3.1. Monitorização das Comunidades mais vulneráveis, nomeadamente a Cigana;
 - 2.3.2. Ações no terreno, com as Comunidades Ciganas, nomeadamente as que contribuam para o preconizado na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020.
- 2.4. **Ampliar e/ou melhorar a rede de serviços e respostas de apoio à família e à comunidade**
 - 2.4.1. Projetos facilitadores do acesso à informação sobre bens, serviços e respostas e equipamentos sociais, bem como do trabalho em rede;
 - 2.4.2. Ações que visem dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da igualdade de género, entre as quais a elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade, concelhio e de forma participada.
- 3. **Promoção do empreendedorismo, nas vertentes: comercial, social, cultural, e de serviços**
 - 3.1. **Estimular o Emprego e o espírito de Empreendedorismo Local**
 - 3.1.1. Ações de apoio à criação do próprio emprego;
 - 3.1.2. Projetos com uma componente de Incentivo a iniciativas inovadoras de inserção/ “ativação” profissional através nomeadamente da criação de “empresas sociais” que com base na prestação de atividades produtivas e de serviços organizadas contínuas que através da inserção socioprofissional de grupos vulneráveis especialmente expostos à problemática do desemprego em diversas áreas proporcione uma ocupação profissionalizante;
 - 3.1.3. Ações para capacitação da população adulta/ativa desempregada para a busca de ofertas de emprego e/ou para a criação do próprio posto de trabalho (articulação com o NLI – Equipas de Protocolo e ISS IP CD Faro);
 - 3.1.4. Formação de Tutores que permitam um acompanhamento individualizado para a inserção;
 - 3.1.5. Projetos de Consultadoria técnica à criação de empresas sociais e realização de programas de sensibilização às empresas/lucrativas para inserção e acompanhamento de públicos vulneráveis nomeadamente em contexto de estágio, atividades socialmente úteis, entre outras ações de (re) inserção laboral e formação profissional em contexto real de trabalho.

Em síntese, propõe-se que toda e qualquer intervenção que vise o reforço da Coesão Social e o desenvolvimento social do território abrangido, contemple medidas e ações que promovam a qualidade da intervenção dos Serviços (Trabalho em Rede) e capacitação dos vários agentes com vista à evolução para o auspiciado e real Empreendedorismo Social Sustentável, Dinâmico e Inovador.

Área de Intervenção do DLBC Urbanos FARO 2020 – Dinâmico e Social

O território elegível no âmbito do presente AAC compreende as 2 zonas delimitadas graficamente na planta identificadas por: **Áreas de Reabilitação Urbana** e **Zona de Intervenção Periférica**, integrando todo espaço delimitado pelas seguintes artérias e/ou lugares:

- Área compreendida entre: Largo de São Pedro (inclusive); R. Cruz das Mestras; R. Horta Machado; Teatro Lethes; R. de Portugal e as ARUs da Mouraria e do Bairro Ribeirinho

- **Áreas de Reabilitação Urbana**, todo o território correspondente às 3 ARU publicadas em Diário da República e disponíveis em <http://www.cm-faro.pt/pt/menu/769/areas-de-reabilitacao-urbana.aspx>

- ✓ ARU da Vila Adentro - Aviso n.º 24663/2011, publicado em DR IIS, nº 246 de 26/12
- ✓ ARU da Mouraria – Edital 901/2013, publicado em DR IIS, nº 177 de 13/09

- ✓ ARU do Bairro Ribeirinho – Edital 651/2012, publicado em DR IIS, nº 137 de 17/07

- **Zona de Intervenção Periférica**, todo o espaço delimitado pelas seguintes artérias e incluindo os seguintes lugares:

Limite Norte

- ✓ Cerro do Bruxo / Vale da Amoreira

Limite Nascente

- ✓ Estrada da Penha / Ribeira das Lavadeiras / Estrada moinho da Palmeira

Limite Sul

- ✓ R. Dra. Mariana A. Machado Santos / Zona Industrial do Bom João / Estrada do Cais / Av. Aníbal Cruz Guerreiro / R. José Pedro de Almeida / Av. Dr. Júlio F. Almeida Carrapato / Av. Calouste Gulbenkian

Limite Poente

- ✓ IC4 (EN 125) / R. Cidade da Praia / Estrada da Sra. da Saúde

Planta das áreas de intervenção do DLBC Urbano FARO 2020 – Dinâmico e Social

